

Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita exige declaração e tributação de trust constituído no exterior por offshore3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Especialização aduaneira no Carf: avanços e desafios (Artigo)5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Seminário debate desafios de segurança e defesa na região amazônica7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

PF PRENDE SUSPEITOS DE FRAUDE EM APOSENTADORIAS EM MINAS8

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência Social Ministro assinou emenda adiando controle de descontos após pedido de associações10

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
SEGURIDADE SOCIAL

Contas públicas11

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Associação ampliou em 790 vezes descontos de aposentados do INSS12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Auditoria identifica 59 casos de desconto em massa de 2016 a 202414

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Instituto suspende antecipação salarial após denúncia15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Consignado a aposentados deve ser nova frente de investigação na PF16

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - PORTO VELHO - RO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS diz que ressarcimento será via conta da aposentadoria17

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário, férias, FGTS e PLR são declarados de formas diferentes no Imposto de Renda18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Instalada comissão que vai analisar PL do IR21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Isenção do IR está prevista para ser votada em julho (congresso).....	22
VALOR ONLINE - EMPRESAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O que é CFOP, como funciona e quais os códigos mais comuns.....	25
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Belém sedia evento internacional sobre bancos de leite e mudanças climáticas.....	28
FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL	
Ministro do TCU dá as caras em novo escândalo - CLÁUDIO HUMBERTO.....	29
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
Futuro da Petrobras interessa a todos (Editorial).....	31
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - OPINIÃO SEGURIDADE SOCIAL	
Redução da jornada de trabalho (Artigo).....	32
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - BRASIL ECONOMIA	
Brasil sobe 5 posições em índice do IDH.....	33
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê nova alta da Selic e fim de sinalizações do BC sobre futuro.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE ECONOMIA	
Política monetária em tempos incertos (Artigo).....	35
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA ECONOMIA	
Rodoviários aceitam reajuste salarial e não vão entrar em greve.....	36
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
Governo quer usar dinheiro público e pagar de uma só vez valor descontado de aposentados	37
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL	
ionsignado para aposentados entra na mira de investigação.....	38

Receita exige declaração e tributação de trust constituído no exterior por offshore

A **Receita Federal** esclareceu que potencial beneficiário de trust constituído no exterior por offshore, com patrimônio para ser utilizado apenas em situações de extrema necessidade, deve declarar e tributar rendimentos e ganhos de capital no Imposto de Renda (IRPF), conforme a Lei das Offshores e Fundos Exclusivos, a nº 14.754, de dezembro de 2023. Este é o primeiro ano em que pessoas físicas devem declarar investimentos no exterior.

O entendimento está na Solução de Consulta nº 75, publicada ontem pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). No texto, a **Receita Federal** afirma que a expectativa de direito, em caso de trust irrevogável e discricionário, é suficiente para caracterizar a condição de beneficiário. "Todas as pessoas indicadas, que possuem a expectativa de eventualmente receber uma distribuição do trust podem ser consideradas beneficiárias", diz o órgão no parecer que vincula todos os auditores fiscais do país.

A resposta da **Receita Federal** preocupa advogados tributaristas. Para eles, o caso levado à consulta não seria abrangido pela lei e o entendimento poderia ser estendido para outras situações - abre brecha, em caso de trust revogável, para a declaração ser exigida de sócio de offshore. A consulta foi feita por um pai em nome do filho, potencial beneficiário de um trust irrevogável e discricionário, instituído em Delaware, em janeiro de 2008.

Na consulta, ele relata que o patrimônio inicial do trust foi aportado por empresas estrangeiras ligadas indiretamente a uma sociedade brasileira, sem envolvimento direto de uma pessoa física residente no Brasil. Por isso, o contribuinte perguntou se esse trust estaria sujeito às obrigações fiscais previstas na lei, considerando que nenhum beneficiário tinha acesso imediato ao patrimônio.

O pai explicou à **Receita Federal** que a manutenção do patrimônio intocado no trust se justifica porque a família do acionista (que criou o trust) tem recursos suficientes para sua subsistência, deixando no trust uma reserva para "situações excepcionálísimas", como a necessidade de algum descendente sair do país por razões políticas ou sociais ou a falta de recursos para educação ou saúde, "situações estas que, considerando a realidade familiar, provavelmente nunca venham a ocorrer".

"É muito possível e até previsível que os recursos do trust jamais venham para o patrimônio do consultante ou de algum descendente do acionista que hoje esteja vivo ou ainda venha a nascer, bem como é muito possível e previsível que isto ocorra somente ao término dos 150 anos de existência do trust, quando poderá haver transferência do patrimônio em favor de algum descendente que hoje nem está vivo, ou ainda pode ocorrer que um tal beneficiário seja residente fora do Brasil", explica ele na consulta.

Na interpretação da **Receita Federal**, porém, para efeitos tributários, a mera expectativa de recebimento já é suficiente para que alguém seja considerado beneficiário, sem exigir que exista um direito adquirido imediato. Em trusts irrevogáveis, como o do caso, os beneficiários já são considerados titulares do patrimônio desde o momento inicial do trust, devendo cumprir imediatamente as obrigações tributárias previstas na legislação, inclusive declarando os ativos e tributando rendimentos e ganhos obtidos no exterior.

De acordo com a Receita, a Lei nº 14.754, de 2023, estabeleceu um regime de transparência fiscal para os trusts instituídos no exterior. Isso significa desconsiderar a estrutura jurídica do trust e atribuir, para fins tributários, a titularidade do patrimônio diretamente aos integrantes daquela estrutura. Por isso, conforme previsão do artigo 10 da norma, durante o prazo de vigência do trust, os rendimentos e os ganhos de capital relativos aos bens e direitos objeto do trust serão tributados na pessoa que for considerada como titular na data do fato gerador. No caso de trusts irrevogáveis, essa pessoa será o beneficiário.

Para a Receita, no caso concreto, admitir que o trust não teria um instituidor ou o instituidor deveria ser considerado o próprio trustee, esvaziaria de qualquer eficácia as disposições da Lei nº 14.754, de 2023, referentes ao instituidor. "Para contornar o regime de transparência, bastaria instituir um trust por meio do patrimônio de pessoas jurídicas - em especial, pessoas jurídicas residentes no exterior", afirma a Receita na solução de consulta.

O advogado Daniel Loria, que liderou na Fazenda Nacional os projetos de alteração na tributação de offshores e fundos fechados em 2023, lembra que a

declaração de Imposto de Renda de 2025 será a primeira sob os efeitos da lei. E que a norma veio para acabar com a postergação indefinida da tributação dos trusts no Brasil e trazer uma regra mais parecida com as aplicações financeiras no país (tributação com a alíquota de 15%).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188186>

Ainda segundo o advogado, o objetivo da lei era que os ativos não ficassem em um "limbo". "Ou está com quem instituiu o trust ou com o beneficiário", diz o advogado, acrescentando que a norma não traz expressamente a tributação para esse caso concreto, mas que ela é permeada pela preocupação de que os ativos não caiam nesse limbo. "Não sei se é o ideal forçar a transparência fiscal e jogar para a pessoa física. Mas deveria, pelo menos, forçar a ficar no balanço da offshore se ela é a instituidora."

Para Igor Nascimento, sócio de tributário do SouzaOkawa, pela literalidade da Lei nº 14.754, no caso, o trust não deveria estar submetido à norma. "É uma total desconsideração da existência das pessoas jurídicas", afirma. Para ele, a interpretação da **Receita Federal** vai além do que a lei estabelece e vai dar margem a discussões judiciais. "Vai dar confusão nas declarações de IRPF, muita gente pensava em não declarar, agora veio essa orientação."

Considerando que se trata de um trust irrevogável, mas que estabelece condições específicas e associadas a eventos futuros e incertos, o advogado Rodrigo Schwartz, sócio do Menezes Niebuhr Sociedade de Advogados considera que as circunstâncias presentes no caso concreto não foram disciplinadas pela lei. "Não é possível indicar com precisão, enquanto não implementadas as condições estabelecidas na declaração feita pelo trustee, quem são os beneficiários contemplados pelo trust", diz.

Segundo Hermano Barbosa, sócio do BMA, desde a entrada em vigor da nova lei, os trusts voltaram a ser utilizados com maior frequência como instrumento legítimo de planejamento patrimonial e sucessório, mas só quando há patrimônio no exterior. "Por muito tempo seu uso era evitado, em muitos casos, em razão da falta de certeza sobre tributação que decorria da ausência de uma lei ou regulamentação que tratasse do tema de forma específica", afirma.

Houve, acrescenta o advogado, "uma clara preocupação do legislador em determinar que alguém declare e tribute a renda decorrente desse patrimônio". Mas, diz, expectativa de direito não qualifica beneficiário, "o que forma um precedente complicado".

Procurada pelo Valor, a **Receita Federal** não deu retorno até o fechamento da edição.

Especialização aduaneira no Carf: avanços e desafios (Artigo)

Marcelle Silbiger e Rafael Gregorin são, respectivamente, associada e sócio da área tributária do Trench Rossi Watanabe

Com a publicação da Portaria **Carf/MF** nº 627/2024, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** passou a contar com uma câmara especializada em temas aduaneiros, vinculada à 3ª Seção de Julgamento e composta por duas turmas ordinárias. Tal reestruturação atendeu a um antigo anseio de empresas e advogados que atuam no comércio exterior, reconhecendo a necessidade de especialização e a importância do Direito Aduaneiro.

Ao longo dos anos, a expansão das operações de importação e exportação e a crescente fiscalização ensejou a busca por profissionais qualificados na área. Como não poderia deixar de ser, a demanda por especialização também atingiu os julgadores administrativos, o que viabiliza uma abordagem mais precisa e fundamentada das discussões e tende a evitar problemas como distorções interpretativas da legislação **aduaneira**.

Desde a criação da câmara especializada, casos aduaneiros de grande relevância vêm sendo julgados, evidenciando o impacto positivo dessa especialização. Questões como classificação fiscal, valoração **aduaneira**, interposição fraudulenta de terceiros na importação e exportação, além de regimes aduaneiros especiais, exigem conhecimento técnico específico. Nessas situações, não basta recorrer a conceitos e interpretações do Direito Tributário, especialmente quando essa transposição ocorre de maneira automática. Os benefícios da especialização da 4ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento são inegáveis.

Contudo, essa nova configuração traz desafios, sobretudo no que diz respeito à interposição de recursos especiais à Câmara Superior do **Carf**. De acordo com o artigo 118 do Regimento Interno do **Carf** (Portaria MF nº 1.634/2023), a admissibilidade desses recursos depende da comprovação de divergência interpretativa adotada por outra câmara - turma de câmara, turma especial, turma extraordinária ou pela própria Câmara Superior de Recursos Fiscais.

Embora não haja uma limitação temporal para o acórdão paradigma, a data do julgamento acaba por influenciar a admissibilidade do recurso. Controvérsias

mais antigas, por exemplo, podem já ter sido analisadas pela Câmara Superior, enquanto novas teses surgem continuamente.

Especialmente em matéria **aduaneira**, algumas atuações ocorrem em larga escala, afetando diversas empresas simultaneamente. Um exemplo claro são as atuações decorrentes do Programa Nacional de Malha **Aduaneira**, que podem impactar toda uma indústria, como vem acontecendo com o setor de fertilizantes e de equipamentos médicos. Além disso, novas discussões surgem conforme a legislação evolui. Um exemplo atual e que certamente gerará intensos debates é a interação entre a nova legislação de preços de transferência e a valoração **aduaneira**. Até o momento, os poucos casos julgados no **Carf** tratam do sistema anterior, baseado em margens fixas de lucro. No entanto, com as turmas especializadas, novas teses e conceitos serão analisados e debatidos na esfera administrativa.

Diante desse cenário, a limitação do julgamento de temas aduaneiros a apenas duas turmas (1ª e 2ª Turmas Ordinárias da 4ª Câmara da 3ª Seção de Julgamento) pode representar um obstáculo adicional à admissibilidade dos recursos especiais - que, por si só, já é um processo bastante complexo. Em caso de derrota em uma dessas turmas, será necessário identificar um acórdão paradigma antigo ou encontrar uma divergência na outra turma especializada. Embora precedentes anteriores à Portaria **Carf/MF** nº 627/2024 possam demonstrar a controvérsia, com o passar do tempo, o número de casos relevantes ainda passíveis de exame pela Câmara Superior tende a diminuir.

Assim, embora a criação de uma câmara especializada em temas aduaneiros seja uma iniciativa extremamente necessária e louvável no âmbito do **Carf**, é importante que sejam avaliados e mitigados os eventuais impactos relativos à admissibilidade de recursos especiais em matéria **aduaneira**, que pode tornar-se ainda mais desafiadora no longo prazo.

Por sinal, essa situação levanta uma reflexão sobre a exigência de que a divergência para fins de recurso especial seja demonstrada com base em decisões de turmas diferentes. Considerando que a composição das turmas do **Carf** é alterada frequentemente, novas interpretações e conclusões são inevitáveis - até

mesmo dentro de uma mesma turma.

Apesar dos pontos levantados, a especialização do **Carf** em temas aduaneiros marca um avanço significativo, consolidando a importância desse ramo do Direito. A necessidade de uma abordagem mais técnica e aprofundada se mostra indispensável, considerando a crescente complexidade das operações e autuações sobre o tema. A especialização do julgamento favorece tanto os contribuintes quanto a própria administração pública, que pode contar com julgadores melhor preparados para lidar com questões que envolvem o comércio exterior, garantindo decisões mais seguras e fundamentadas.

Dessa forma, a alteração do Regimento Interno do **Carf** para permitir a utilização de precedentes de uma mesma turma ordinária para fins de conhecimento de recursos especiais seria a solução mais adequada. Além de reforçar a segurança jurídica, essa mudança garantiria que novas interpretações fossem devidamente analisadas, sem criar restrições que limitem o desenvolvimento do contencioso aduaneiro. A especialização dos julgadores representa um avanço significativo, mas sua plena efetividade dependerá da adoção de ajustes que assegurem um julgamento técnico e acessível dentro do próprio **Carf**.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Especialização **aduaneira** no **Carf**: avanços e desafios

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188186>

Seminário debate desafios de segurança e defesa na região amazônica

Even Oliveira

Na promoção de diálogo entre instituições civis, acadêmicas e militares em torno dos desafios de segurança e defesa na região amazônica, o Comando Militar do Norte (CMN) deu início, ontem (6), ao "I Seminário de Segurança e Defesa da Amazônia Oriental no contexto da COP 30", que vai até esta quarta-feira (7), no Teatro Maria Sylvania Nunes, na Estação das Docas, em Belém.

O evento discute estratégias de proteção territorial, soberania nacional e cooperação interinstitu-

cional diante da visibilidade internacional que a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30) trará a Belém este ano.

"Nós temos feito um trabalho de compartilhamento de inteligência muito bom com a **Receita Federal**, Polícia Federal, Polícia Militar e Civil do Pará e outros entes, para fazer um planejamento que seja de acordo com a dimensão e o desafio da COP 30", disse o general de Exército José Ricardo Vendramin, comandante militar do Norte.

A programação do seminário conta com quatro mesas temáticas - duas a cada dia - que abordam desde o papel das For-

ças Armadas no território amazônico até o enfrentamento a crimes transnacionais e os impactos da mineração no desenvolvimento regional. Além dos militares, o evento ocorre em parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual do Pará (Uepa) e Universidade da Amazônia (Unama).

O principal objetivo do seminário é sensibilizar estudantes e profissionais que atuam na área de segurança. Rodrigo Miranda, estudante do 5º semestre de Relações Internacionais da Uepa, foi um desses participantes. "É uma oportunidade única para entender a questão da segurança nacional, da defesa da

Amazônia no contexto da COP 30, a discussão de políticas públicas tanto para a defesa quanto para a ocupação e integração da Amazônia com outros países da Amazônia", comentou.

As principais missões estratégicas enfrentadas pelas Forças Armadas na região amazônica estão ligadas ao crime organizado, tráfico de drogas, mineração ilegal, extração vegetal ilegal, biopirataria, conflitos fundiários, degradação do meio ambiente e intrusão de terras indígenas.

Segundo o general, o combate a esses pontos exige uma cooperação entre diferentes esferas de governo. O general também pontuou que o patrulhamen-

to de fronteiras e o mapeamento de ilícitos são fundamentais para coibir a atuação de grupos criminosos na região.

Vendramin reforçou ainda a importância de eventos como esse para o fortalecimento de uma cultura de defesa no país, especialmente entre os jovens. "A grande motivação foi essa busca de integração com

as universidades. A gente sabe que o tema defesa e segurança não é muito conhecido, as vezes está fora do radar dos nossos estudantes. Queremos, ao longo dos anos, que este seminário se perpetue e ajude a criar uma mentalidade de defesa. No ano da COP 30, isso é essencial, porque a conferência exige muita defesa e muita segurança".

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3129#book/>

PF PRENDE SUSPEITOS DE FRAUDE EM APOSENTADORIAS EM MINAS

PEDRO CERQUEIRA

A Polícia Federal deflagrou ontem em Belo Horizonte e na região metropolitana a Operação Egrégora, para desarticular uma associação criminosa que fraudava benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A ação foi feita junto com a Coordenação-Geral de Inteligência da **Previdência Social** (CGINP), do Ministério da **Previdência Social**. O prejuízo causado à União ultrapassa os R\$ 11,5 milhões.

Nesse esquema, um grupo de 10 pessoas se passava por 40 beneficiários fictícios a partir da falsificação de documentos (certidões de nascimento, carteiras de identidade e comprovantes de endereço) para fraudar benefícios assistenciais, a maioria destinada a idosos de baixa renda. Esses valores indevidos foram pagos por quase 20 anos. De acordo com a Polícia Federal, a operação evitou um prejuízo adicional de R\$ 5,2 milhões.

Foram cumpridos três mandados de prisão preventiva e oito de busca e apreensão em Belo Horizonte, Contagem e Betim, expedidos pela 3ª Vara Criminal da Justiça Federal. No balanço final da Operação Egrégora foram presos dois homens, um de 52 e outro de 53 anos, e uma mulher de 50. Também foram apreendidos um veículo, cartões de saque, celulares e uma arma de fogo. Os envolvidos serão autuados pela prática dos crimes de estelionato qualificado e associação crimi-

nosa, com penas de reclusão que variam de 2 anos e 4 meses a 9 anos e 7 meses.

A operação de ontem não tem relação com a Sem Desconto, que investigou fraude bilionária revelada no último mês pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU) contra aposentados e pensionistas do **INSS**. Naquele esquema, os beneficiários tiveram descontos indevidos em seus contracheques em nome de entidades e sindicatos. Os desvios, ocorridos entre 2019 e 2024, podem alcançar a soma de R\$ 6,3 bilhões.

A operação foi deflagrada em 13 estados, incluindo Minas Gerais. A investigação começou com a identificação de um salto cada vez maior dos valores repassados a essas entidades. Em 2016, o valor era de R\$ 413 milhões, quantia que chegou a R\$ 2,8

bilhões em 2024.

A fraude levou o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, a pedir demissão do cargo na última sexta-feira. Assim que a operação foi deflagrada, cinco servidores do **INSS**, além de um policial federal, foram afastados de suas atividades por determinação judicial. Um deles, Alessandro Stefanutto, então presidente do **INSS**, foi demitido. Os investigados poderão responder pelos crimes de corrupção ativa e passiva, violação de sigilo funcional, falsificação de documentos, organização criminosa e lavagem de capitais.

Das 29 entidades associativas investigadas, 70% nem sequer haviam fornecido ao **INSS** a documentação necessária para dar direito a fazer o desconto, que ainda precisaria da autorização expressa dos beneficiários. Apesar de oferecerem serviços como assistência jurídica, descontos em academias e planos de saúde, várias dessas entidades não tinham uma estrutura mínima para entregá-los.

Pelo menos 11 dessas entidades são suspeitas de realizar descontos indevidos. A partir disso, o governo federal determinou que todos os acordos do **INSS** com entidades associativas vinculadas a aposentados e pensionistas fossem suspensos por tempo indeterminado. O despacho foi assinado pela pre-

sidente interina do **INSS**, Débora Floriano, cargo que posteriormente foi assumido definitivamente por Gilberto Waller Júnior.

auditoria

De 31 sindicatos e associações entrevistados em auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) nas investigações de fraudes no **INSS**, 24 aparecem com índices acima de 90% de descontos não reconhecidos por aposentados e pensionistas entre abril e julho de 2024. Foram visitados pessoalmente 1.273 segurados em todos os estados, segundo a investigação. Desse total, 1.242 (97,6%) informaram não ter autorizado o desconto, e 1.221 afirmaram não participar de associação (95,9%).

Em notas, as associações afirmam que irão colaborar com as investigações e reconhecem que, caso descontos indevidos sejam comprovados, as

entidades responsáveis devem ser punidas. Algumas delas também alegam que ainda não tiveram acesso à auditoria conduzida pelos órgãos competentes e reforçam que suas atividades são realizadas de forma legal e transparente.

O total de descontos de mensalidade varia bastante de uma associação para outra na amostra. Em uma ponta da tabela aparece a Caap (Caixa de Assistência de Aposentados e Pensionistas do **INSS**), por exemplo. De 215 descontos, 214 não foram reconhecidos pelos entrevistados (99,5%). A CGU não detalha, na tabela, o total de associados das entidades, para mensurar o porte de cada uma delas.

O relatório afirma haver "grande probabilidade de os descontos estarem sendo feitos sem a autorização prévia dos beneficiários". Segundo a investigação, alguns entrevistados responderam em nome dos titulares e destacaram a impossibilidade da assinatura do termo de autorização em casos que envolvem pessoas com deficiência (PcD). Há relatos de pessoas impossibilitadas de locomoção por doença grave, indígenas que residem em aldeias e não sabem ler ou escrever ou residentes no exterior e que não tiveram contato com associações quando estiveram no Brasil, segundo a investigação.

Em algumas entrevistas, mesmo quando foram apresentados documentos supostamente fornecidos pelos beneficiários, houve casos em que aposentados não reconheceram as assinaturas nos papéis de filiação e autorização para o desconto, de acordo com a investigação. (Com agências)

Site: <https://digital.em.com.br/>

Previdência Social Ministro assinou emenda adiando controle de descontos após pedido de associações

O novo ministro da **Previdência Social**, Wolney Queiroz, assinou proposta quando era deputado federal que adiou o prazo de fiscalização do desconto de mensalidades no pagamento de aposentados e pensionistas do **INSS**.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Contas públicas

O debate sobre o mínimo

Tenho duas discordâncias da opinião O necessário debate sobre o mínimo (5/5, A3). A primeira: entendo completamente as razões de Arminio Fraga, mas julgo que seria muito mais eficiente sacrificar os que recebem maiores salários ou aposentadorias. Que tal congelar o valor real dos salários e aposentadorias de **servidores públicos** (dos Três Poderes) que recebem, por exemplo, mais de R\$ 5 mil mensais? Acrescento que eu estou nesse grupo. A segunda discordância é da conclusão do texto: "nenhuma âncora fiscal será capaz de conter a dívida pública enquanto o PT continuar a interditar o debate. Mais cedo ou mais tarde essa conta chegará, e quanto maior a demora, mais dolorosa ela será". O PT não está nem aí para a conta, desde que ela não atrapalhe as eleições.

É isso o que importa.

Luciano Nogueira Marmontel Pouso Alegre (MG)
Formação médica O que será feito?

Sério e muito preocupante o que Renata Cafardo apontou sobre os 49 mil médicos formados em cursos mal avaliados pelo MEC (Estadão, 4/5, A23). O que vai acontecer agora? Os cursos sofrerão algum tipo de punição? E os médicos formados? Darão consulta?

Como alguém vai saber se aquele médico que o atende frequentou um desses cursos? O que efetivamente o governo vai fazer? Ou vai dar uma de avestruz, a exemplo dos descontos irregulares do **INSS**, que eram conhecidos, mas que o governo nada fez para corrigir?

Panayotis Poulis Rio de Janeiro Aprendizagem Oportunidade perdida O artigo A aprendizagem apunhalada pelas costas (4/5, A5) elucida bem como é deturpada a política de aprendiz. Porém não é somente a de aprendiz, mas onde estão os mestres para ensinar esses aprendizes. O assunto já vem do passado distante. Meu filho se formou em Mecânica de Precisão, no Senai, único curso dessa modalidade no Brasil, na época (início dos anos 80), que admitia 120 alunos anualmente. Os formandos, após quatro anos de duração do curso, raramente entravam na profissão aprendida, pois eram requisitados para outras funções na área ou entravam direto em faculdades. Ou seja, pela quantidade ínfima de formandos no Brasil, perdeu-se uma oportunidade de formar novos mestres para formar outras gerações de

jovens profissionais.

Já na época as escolas do Senai eram insuficientes para atender à demanda do País. Por isso muitas empresas instituíam cursos internos, em cooperação com o Senai, para aumentar a quantidade de formandos. Exemplo: a Volkswagen do Brasil, que até hoje mantém a "escolinha".

Gerhard Berke São Paulo Donald Trump Ataque ao cinema Donald Trump continua insistindo no tarifaço e, agora, quer salvar Hollywood impondo tarifas de 100% a filmes feitos fora dos EUA. Os argumentos de Trump são delirantes, fala em segurança nacional, uma bobagem sem pé nem cabeça. É estarrecedor o fato de o presidente dos EUA estar agindo de forma errática e imprevisível, impondo ações aleatórias, dobrando a aposta no tarifaço que já deu muito errado e não trouxe os resultados esperados.

A América precisa encontrar maneiras de conter o ímpeto destrutivo de Trump antes que as bobagens que ele segue fazendo causem danos irreversíveis e irreparáveis para todos.

Mário Barilá Filho São Paulo Efeito reverso Trump lança tarifa de 100% sobre filmes estrangeiros, como forma de proteger a indústria cinematográfica dos EUA, em franca decadência. Não será com tarifas protetivas que o cinema americano vai melhorar. Ao contrário, sem concorrência, os filmes tendem a ficar piores e sem audiência.

Paulo Sergio Arisi São Paulo Drogas nos EUA Como Trump declara guerra aos narcos, mas não faz nada para barrar o fluxo de armas para o México (Estadão, 4/5, A12). Para além das sandices trumpianas, o que o governo dos EUA deveria estar investigando são curas para as doenças da sociedade americana que transformaram o país num imenso e milionário mercado consumidor de drogas de todos os tipos, cores e tamanhos.

O tráfico de entorpecentes é consequencial.

Enquanto houver demanda de volume e lucratividade nessa magnitude o crime organizado encontrará meios de satisfazê-la.

Georges Chagas Schwarzstein Campinas

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Associação ampliou em 790 vezes descontos de aposentados do INSS

CARLOS EDUARDO VALIM

Em um intervalo de seis anos, entre 2019 e 2024, a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer) registrou um crescimento de mais de 790 vezes nos descontos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O valor acumulado no período atingiu R\$ 688 milhões.

Ela e outras entidades foram alvo da Operação Sem Desconto, deflagrada no fim de abril pela Polícia Federal e pela Controladoria-Geral da União (CGU) para investigar suspeita de fraudes em descontos na folha de aposentados e pensionistas do **INSS**. Procurada, a Conafer disse promover "extensa agenda de ações, programas e serviços" em todo o País e se colocou "à disposição dos órgãos de fiscalização".

Estabelecida desde 2011, em Brasília, a Conafer havia feito em 2019 apenas R\$ 350 mil em descontos dos beneficiados do **INSS**. No ano passado, o número saltou para R\$ 277,1 milhões.

Com isso, a entidade respondeu por 10,5% do total das cobranças e foi a segunda que mais utilizou os recursos, atrás apenas da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag).

A Conafer é presidida desde 2016 por um pecuarista mineiro, que assumiu a entidade um ano antes de firmar convênio com o **INSS**. O empresário Carlos Roberto Ferreira Lopes é dono da empresa de melhoramento genético de gado Concepto Vet e da holding Farmlands, sediada nos EUA. Também é sócio do quiosque Jaguar Produtos Artesanais, que vende artesanatos indígenas no Aeroporto de Brasília.

PANDEMIA. Segundo as investigações, o maior crescimento dos descontos feitos pela Conafer ocorreu de 2019 para 2020, em plena pandemia. De um ano para o outro, ela promoveu uma elevação de 16.185% nas cobranças feitas, de R\$ 350 mil para R\$ 57 milhões.

Durante as apurações da CGU, foram entrevistados 1.242 beneficiários em todo o País, sendo que 97,6% deles informaram não ter autorizado o desconto. No caso de 21 entidades, 100% dos entrevistados

negaram ter autorizado desconto das mensalidades.

No caso da Conafer, da amostra de 56 descontos avaliados tratando da associação, todos os beneficiários afirmaram não ter autorizado a cobrança.

Além disso, os entrevistados estavam domiciliados em 16 unidades federativas diferentes, indicando que não recebiam os serviços que deveriam ser prestados pela associação.

DISTÂNCIA. Questionada quanto às autorizações, a Conafer apresentou 15 documentos, mas 14 envolviam aposentados ou pensionistas que residiam em municípios diferentes de sua sede, "com distâncias que variam de 34 a 957 km". Ao Estadão, a Conafer afirmou ainda que leva a associados agricultores familiares, na ativa e aposentados, "benefícios importantes para o desenvolvimento no campo".

Também disse que, por meio do Acordo de Cooperação Técnica que tem com o **INSS**, "assessora os associados no acesso ao pagamento de auxílios, pensões e aposentadorias, além de disponibilizar serviços digitais aos segurados, o **INSS** Digital".

Ela se declara representante do segmento agrofamiliar, que atua "diretamente na garantia dos direitos previdenciários de camponeses, pecuaristas, extrativistas, artesãos, pescadores, lavouristas, indígenas, quilombolas, posseiros, ribeirinhos, assentados e acampados" em todo o Brasil.

Esse trabalho, segundo a entidade, se materializaria "na assessoria ao acesso à aposentadoria; convênios com farmácias, mercados e clínicas médicas; assessoria jurídica; e integração dos aposentados com projetos de horticultura e turismo para a melhor idade". As ações da Conafer atingem, conforme a associação, mais de 4,5 mil municípios.

TRANSAÇÕES. A investigação da PF cita o pecuarista ao mencionar transações suspeitas de pessoas próximas à associação.

Uma das movimentações trata de depósito feito por Renata Martins Costa de Siqueira, cunhada do servidor do **INSS** Jobson de Paiva Sales, para Cícero Marcelino de Souza Santos, apontado como assessor do presidente da Conafer.

O inquérito diz que Renata foi funcionária da Conafer de 2020 a 2021, momento "contemporâneo à 'farra do **INSS**'".

A Conafer teria recebido mais de R\$ 100 milhões do fundo do **INSS**, sendo que parte desse valor, R\$ 812 mil, foi repassada a Lopes, "que, em seguida, direcionou a Cícero Marcelino, a Ingrid Pikinskeni (mãe do filho de Marcelino) e a algumas das empresas do casal".

Entre janeiro de 2021 e setembro de 2022, Lopes transferiu R\$ 474.693 para Ingrid e recebeu de volta R\$ 746.050.

"Esse movimento de recursos de volta ao remetente sugere possível ciclo de lavagem de dinheiro, no qual os valores recebidos podem estar sendo redirecionados para camuflar a verdadeira origem dos recursos", afirma a investigação.

Procurados, os citados não responderam à reportagem.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Auditoria identifica 59 casos de desconto em massa de 2016 a 2024

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

A Controladoria-Geral da União (CGU) publicou ontem novo relatório sobre a auditoria que realizou no **INSS** para apurar os descontos irregulares de valores nos benefícios de aposentados e pensionistas. Os recursos, segundo a Polícia Federal, podem ter sido usados para beneficiar associações e sindicatos. O documento aprofunda evidências das supostas fraudes. Procurado, o instituto não respondeu, mas, em nota do fim de abril, elencou medidas para conter as fraudes, como a permissão de bloqueio dos descontos via aplicativo.

A CGU identificou indícios de inclusões irregulares em massa de descontos em benefícios ao menos desde 2016 e com mais intensidade nos anos de 2018, 2023 e 2024. O relatório aponta 59 situações "em que houve ao menos 50 mil inclusões de descontos em benefícios por uma mesma entidade" em um único mês, o que levanta suspeitas porque significaria a média de 2.500 autorizações de descontos do **INSS** por dia útil.

Dos 59 episódios de cadastros em massa de descontos, 16 ocorreram entre 2016 e 2018 por cinco entidades. Entre dezembro de 2019 e novembro de 2022, foram quatro cadastros em massa feitos por duas associações.

No fim de abril, a Polícia Federal (PF) e a CGU deflagraram operação contra descontos indevidos. A investigação apura fraudes entre 2019 e 2024. Nesse período, os descontos somaram R\$ 6,32 bilhões, mas não se sabe qual percentual disso é irregular.

O novo relatório da CGU mostra explosão no número de registros de descontos em massa de abril de 2023 a agosto de 2024, com 39 situações em que houve inclusão de ao menos 50 mil descontos por entidade em um único mês.

O documento afirma que as dez entidades que registraram o maior número de beneficiários filiados no período avaliado teriam de ter "uma capacidade de processamento entre 778 e 1.569 filiações por hora na competência (mês) em que apresentaram o maior número de averbações (autorizações de desconto)".

"Ainda, verifica-se a realização de descontos por

essas entidades nas 27 unidades da federação, em que pese 22 (76%) informarem possuir menos de cinco filiais e dezessete (59%) atuarem em menos de 11 estados", diz o texto.

A auditoria avaliou amostra de 952 benefícios que haviam sido descontados por entidades e solicitou às associações a documentação que comprovasse que houve autorização prévia dos aposentados e pensionistas para os abatimentos. Só em 28,9% dos casos a documentação estava completa. Mas, mesmo nesses, a CGU não checkou a veracidade das assinaturas, por exemplo. Em 39,2% dos casos analisados, as entidades não apresentaram qualquer documentação.

O relatório da CGU critica a atuação do **INSS**. Afirma que este "não respondeu satisfatoriamente ao ser notificado do não atendimento, por parte das entidades, da demanda apresentada pela CGU para disponibilização de documentos, demonstrando que as estruturas de controle disponíveis não são eficazes para responder com a celeridade que a situação requer." O **INSS** não se manifestou sobre o texto.

A CGU recomendou elaboração de proposta para que o **INSS** deixe de fazer a intermediação de descontos de associações e sindicatos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Instituto suspende antecipação salarial após denúncia

THAÍS BARCELLOS thais.barcellos@bsb.oglobo.com.br

O **INSS** determinou na sexta-feira a suspensão da concessão de antecipação salarial para aposentados após denúncia dos bancos de suposta cobrança indevida de taxa na operação. O alerta foi feito pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em reunião do Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) na semana passada, antes do pedido de demissão do ex-ministro Carlos Lupi devido a desdobramentos do escândalo das fraudes contra aposentados do **INSS**.

Em nota ao GLOBO, o órgão afirmou que foi determinada de maneira urgente a suspensão do serviço e a análise das instruções normativas relativas à antecipação, com a consequente adoção de medidas cabíveis.

"De maneira urgente, foi determinada a suspensão para rodar em folha para haver o desconto e foi determinada à Procuradoria Federal Especializada a análise das instruções normativas e adoção de medidas cabíveis", diz a nota.

Segundo interlocutores do setor bancário, a interrupção da oferta ocorreu na segunda-feira.

MEU **INSS** VALE+

A antecipação, batizada de Meu **INSS** Vale +, foi criada por instrução normativa do **INSS** em novembro de 2024. Inicialmente, só era permitida a antecipação de até R\$ 150, que seriam descontados, sem custo para o beneficiário, na folha do mês seguinte. Além disso, a antecipação só poderia ser feita por meio de um cartão físico, com chip e senfiação, com vedação de cobrança de taxas, tarifas e juros. A ideia era funcionar como um "vale" para situações emergenciais.

Em fevereiro, contudo, a parcela que poderia ser adiantada aumentou para R\$ 450, e o **INSS** permitiu o uso de outros meios, além do cartão, para creditar o valor, desde que a contratação fosse feita por biometria.

Segundo ofício enviado pela Febraban e pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC) à Previdência, ao **INSS** e ao Banco Central, após a flexibilização, algumas instituições financeiras

passaram a creditar a antecipação diretamente na conta do beneficiário com a

cobrança de taxas que podem até superar o teto do consignado do **INSS**.

Na reunião do CNPS, o representante da Febraban no colegiado, Ivo Mósca, pediu a suspensão imediata desse serviço aos beneficiários, alegando haver instituição financeira cobrando juros de 5%. Os bancos reclamam que o setor não foi ouvido na formulação do produto e pediam a suspensão até que fosse encontrado um desenho mais adequado.

Em um dos ofícios, os bancos questionam se a liberação dos recursos "por outros meios" que não o cartão físico per-

mitiria a cobrança de taxas e juros, e destacam que os custos para os segurados poderiam ser maiores do que o do crédito consignado, com risco de aumento do endividamento das famílias. O setor afirma que, se o produto se enquadrar em uma operação de crédito, exigiria a cobrança de IOF e o cumprimento de obrigações reguladas pelo BC.

Por outro lado, quem defende o modelo em vigor até semana passada afirma que a instrução normativa não veda a cobrança de taxas quando o valor é repassado por outros meios que não o cartão. Outro argumento é que a antecipação não configura crédito, porque é dinheiro do aposentado.

A denúncia ocorre no momento em que o **INSS** é questionado pelo escândalo do desconto em folha de pagamento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Consignado a aposentados deve ser nova frente de investigação na PF

Após a operação Sem Desconto, que desmontou esquema de descontos ilegais, uma das novas frentes de investigação será a apuração de fraudes e irregularidades envolvendo empréstimo consignado para aposentados e pensionistas e possíveis elos com os descontos associativos de sindicatos e entidades de classe.

Os descontos dos empréstimos consignados também são feitos diretamente do valor da aposentadoria e pensão do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e têm sido fonte de reclamações dos segurados.

A operação Sem Desconto foi deflagrada pela Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União) em 23 de abril, para combater um esquema nacional de descontos não autorizados feitos por associações em aposentadorias e pensões.

Segundo pessoas a par do tema, há a preocupação do novo presidente do **INSS**, Gilberto Wallerju-nior, com as irregularidades do consignado. Ele já acenou com a possibilidade de aperto da fiscalização com uma força-tarefa.

No início de 2024, a CGU pu-

blicou relatório apontando irregularidades na concessão de consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**. No relatório, a CGU orientou o **INSS** a mudar as regras do consignado.

O relatório indicou fragilidades relacionadas à fidejgnidade das informações registradas no consignado, possíveis averbações de empréstimos pessoal consignado em benefícios inelegíveis. Os testes feitos pela CGU também apontaram a possível existência de contratos celebrados com taxas de juros acima do teto e inclusões de despesas com taxas ou seguro indevidas nas parcelas descontadas.

Mas o trabalho não foi conclusivo em razão de possíveis falhas de validação do e-consignado do **INSS** e do fato de que o envio de algumas informações registradas nos sistema foi incompleto ou inconsistente.

Na época, o presidente da Febraban, Isaac Sidney, enviou um ofício ao ministro da CGU, Vinicius de Carvalho, com a sugestão de criar uma grupo técnico

para tratar do tema. Desde 2020, há no Brasil um sistema de autorregulação dos bancos criado pela Febraban e pela ABBC (Associação Brasileira de Bancos) para coibir o assé-

dio comercial e as fraudes praticadas na oferta de crédito consignado público e privado.

Um das práticas que se busca coibir é o conluio dos correspondentes bancários com servidores do **INSS** que sabem quais são as pessoas que dão entrada nos pedidos de aposentadoria. Eles passam a ser assediados imediatamente.

Até março, 1.454 correspondentes bancários, conhecidos popularmente como "pastinhas", foram banidos do sistema, 113 empresas estão impedidas de atuar e 270 agentes de crédito receberam pontuação negativa, segundo balanço do mês passado.

Procurados, **INSS** e CGU não responderam. A AGU (Advocacia-Geral da União) disse que está atuando em prol do ressarcimento dos descontos indevidos feitos em benefícios de aposentados e pensionistas e que até o momento não há qualquer atuação do órgão em relação a empréstimos consignados.

A Febraban informou que tem várias frentes de ações com o **INSS** e, por isso, considera fundamental qualquer iniciativa de fiscalização visando coibir irregularidades na concessão do consignado para aposentados e pensionistas.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188186>

INSS diz que ressarcimento será via conta da aposentadoria

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Gilberto Waller Júnior, afirmou nesta terça-feira (6) que o ressarcimento de aposentados e pensionistas - que tiveram recursos descontados indevidamente na fraude do **INSS** - será feito via benefício.

"Será feito via benefício, via conta do benefício. Nada de PIX, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco", afirmou em entrevista à CBN. O pagamento do recurso ainda não começou.

Segundo Waller, os aposentados e pensionistas devem receber o valor do ressarcimento pela mesma conta em que já é depositado o benefício previdenciário.

Isso quer dizer que o recurso será pago junto com o benefício do **INSS**, em folha suplementar - que é uma folha de pagamento adicional, utilizada para cobrir pagamentos que não foram incluídos na folha principal.

"Da mesma conta que ele recebe, o seu benefício previdenciário vai ser depositado. Por isso eu peço, é para todos: não caia em outros golpes, não assine nada, não abra link, não acredite em ninguém que esteja vendendo facilidade", explicou.

O alerta do presidente vem no momento em que criminosos estão se aproveitando do caso para tentar tirar dinheiro das vítimas. (G1/Globo)

Site: https://flip.maven.com.br/temp_site/issue-0705202508%20-%207f88a1bc7c91c541f05bc0bc12df07ef.pdf

Salário, férias, FGTS e PLR são declarados de formas diferentes no Imposto de Renda

Fernando Narazaki

Os salários recebidos pelo trabalhador ao longo de 2024 e os benefícios pagos para quem tem carteira assinada são alguns dos itens que mais merecem atenção para quem é obrigado a declarar o Imposto de Renda .

Uma das principais regras de obrigatoriedade da declaração é atrelada a esses valores. São os chamados rendimentos tributáveis que incluem salários, pensão, aposentadoria , pagamento feito a autônomo pelo seu trabalho e recebimento de aluguel. Neste ano, é obrigado a enviar os dados ao fisco quem ganhou a partir de R\$ 33.888 em rendimentos tributáveis em 2024.

Para quem é CLT, a recomendação é seguir o informe de rendimentos enviado pela empresa, já que nem todo valor recebido tem tributação do IR e essa divisão é feita no documento fornecido pela fonte pagadora. As empresas são obrigadas a fornecer os informes a seus trabalhadores .

"O informe traz os valores pagos, o imposto que foi retido, o 13º salário e o [desconto da contribuição ao] **INSS**. É o documento que a Receita usa e é importante que o contribuinte não tente fazer uma conta com base nos holerites", afirma Henrique Paslar, advogado especialista em tributação da pessoa física da Abe Advogados.

Se o contribuinte não tiver acesso ao informe, é recomendado procurar a empresa para obtenção dos dados. Mesmo quem foi demitido ou pediu demissão deve ter acesso a essas informações.

Caso o trabalhador não consiga, é possível fazer a consulta pelo e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita. Após efetuar o login com o CPF e a senha no portal gov.br, vá no item "Declarações e demonstrativos", clique em "Consulta Rendimentos Informados por Fontes Pagadoras" e selecione 2024 no Ano-Calendário. O fisco disponibilizará os dados recebidos das empresas.

Já o autônomo precisa ter em mãos os pagamentos do Carnê-Leão quitados ao longo de 2024. Caso o recolhimento não tenha sido feito, a recomendação da Receita é que o trabalhador faça a contabilidade dos

valores recebidos a cada mês e pague o Carnê-Leão antes de declarar o IR. Ele precisa usar o programa de cálculo fornecido pela Receita, imprimir o Darf (Documento de Arrecadação das Receitas Federais) de cada mês e pagar nas agências bancárias credenciadas ou no internet banking.

No ano passado, a omissão de rendimentos foi o segundo motivo que mais levou brasileiros à malha fina , com 27,8% do total. O procedimento ocorre quando a Receita tem dúvidas sobre as informações prestadas, retém a declaração e o contribuinte é convocado a se explicar. O erro nas deduções, com 51,6%, foi o líder da malha fina.

A declaração do Imposto de Renda precisa ser entregue até as 23h59 de 30 de maio . Após essa data, será preciso pagar uma multa que varia de R\$ 165,74 a 20% do imposto devido no ano-calendário, que no caso é 2024.

Salário, 13º salário , férias, adicional de um terço das férias e aviso-prévio trabalhados são declarados na ficha de Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica. Cada item é especificado no informe de rendimento e parte do tributo já fica retida pelo fisco, o chamado imposto retido na fonte.

Quando este imposto retido na fonte é maior do que a quantia devida pelo trabalhador, ocorre a restituição da diferença pela Receita . Se o valor que foi retido é menor, o contribuinte precisa pagar a diferença no Imposto de Renda.

O trabalhador deve preencher os campos de nome da fonte pagadora, CNPJ, rendimentos recebidos de pessoa jurídica, contribuição previdenciária oficial, imposto retido na fonte, 13º salário e IRRF sobre 13º salário. Todos os valores constam no informe de rendimento. Se estiver usando a declaração pré-preenchida, deve conferir todos esses dados para verificar se estão iguais aos do informe.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Se o trabalhador recebeu pagamentos de empresas diferentes em 2024, ele deve abrir uma ficha para

cada companhia. O mesmo procedimento deve ser feito caso o rendimento tenha sido de diferentes fontes (salário, pensão, aposentadoria, etc..

A pensão ou aposentadoria paga pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) tem como fonte pagadora o FRGPS (Fundo do Regime Geral de **Previdência Social**) e o CNPJ a ser declarado é 16.727.230/0001-97.

Já o abono pecuniário, que é a venda de alguns dias de férias, é informado na ficha de rendimentos isentos e não tributáveis, com o código 99 (Outros), sendo preciso preencher com o nome e CNPJ da fonte pagadora, e a quantia paga. Os dados também costumam aparecer na declaração pré-preenchida e é preciso conferi-los.

As verbas pagas na rescisão do contrato não são declaradas da mesma forma. O salário, o saldo de salário, o 13º proporcional, as férias e o adicional de férias são considerados rendimentos tributáveis recebidos de pessoa jurídica.

Já o aviso-prévio indenizado (quando a pessoa não trabalha após o desligamento), as verbas recebidas pelo PDV (Programa de Demissão Voluntária), o **FGTS** (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), a multa do **FGTS** e as férias vencidas e não gozadas são informadas em Rendimentos Isentos e Não Tributáveis no código 04 (indenizações por rescisão de contrato de trabalho, inclusive a título de PDV, e por acidente de trabalho; e **FGTS**).

Este mesmo código 04 é usado para quem declara a retirada do **FGTS**, independentemente se foi o saque-rescisão ou o **saque-aniversário**. A fonte pagadora é a Caixa Econômica Federal e o CNPJ é 00.360.305/0001-04.

Os saques podem ser consultados no extrato de cada conta no aplicativo do **FGTS**, disponível na Play Store (para celular Android) e na App Store (para celular iPhone) . O desenvolvedor é a Caixa Econômica Federal.

Outro rendimento isento é o seguro-desemprego, que deve ser informado no código 99. A fonte pagadora é o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), cujo CNPJ é 07.526.983/0001-43.

A PLR (Participação nos Lucros e Resultados) é informada na ficha de Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva. É preciso clicar em Novo e escolher o código 11. Especifique se quem recebeu foi o titular ou o dependente, informe nome e CNPJ da fonte pagadora, e o valor.

O governo tem uma tabela para cobrança do IR na PLR, que é feita diretamente na fonte, ou seja, ao fazer o pagamento. Em janeiro de 2024, quem recebia até R\$ 7.407,11 estava isento de imposto. Já a partir de fevereiro, a isenção subiu para R\$ 7.640,80. A cobrança vai subindo gradualmente até atingir 27,5% para quem recebe acima de R\$ 16.380,38. Clique aqui para ver a tabela .

Já no caso do trabalhador autônomo, a declaração dos rendimentos pode ser feita de duas maneiras. Caso ele tenha recebido de renda tributável de Pessoa Jurídica, ele deve seguir os passos acima e usar o informe de rendimentos como base para declarar em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de Pessoa Jurídica".

Se o valor foi pago por pessoa física, ele precisa declarar em "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior" a quantia que recebeu mês a mês. Para isso, será necessário utilizar o programa Carnê-Leão, que é preenchido mensalmente no e-CAC (Centro de Atendimento Virtual) da Receita.

O contribuinte precisa informar os dados solicitados, emitir uma guia do Darf e fazer o pagamento, sendo que cada pessoa que pagou ao autônomo deve ter uma guia separada.

O valor deve ser quitado até o último dia útil do mês seguinte ao recebimento, sendo que o atraso resultará em multa de 0,33% por dia, com limite de 20%, e juros de 1% por mês atrasado, além da taxa Selic.

A Receita disponibiliza o Sicalc (Sistema de Cálculo de Acréscimos Legais), que faz automaticamente o cálculo.

Os dados preenchidos no Carnê-Leão podem ser importados diretamente para a declaração do IR, usando a ferramenta "Importações" no menu do lado esquerdo ou então na ficha de "Rendimentos Tributáveis Recebidos de PF/Exterior" clique no botão "Importar Dados do Carnê-Leão".

Os dados importados entrarão na aba "Outras Informações" na coluna "Carnê-Leão Darf pago cód. 0190". Se o processo não der certo, é preciso preencher manualmente a coluna.

Contribuinte que teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de imóvel com valor maior do que o pago na compra

Contribuinte com isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguida de

aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias

Quem realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil , inclusive se isentas. E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeito à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos

Cidadão que tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 800 mil

Contribuinte que obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$ 169.440 ou quer compensar prejuízos de anos anteriores ou do próprio ano-calendário

Quem passou a morar no Brasil em 2024 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

Contribuinte que optou por declarar bens, direitos e obrigações detidos por offshores

Titular de trust e demais contratos regidos por lei estrangeira

Quem optou por atualizar o valor de imóveis com o pagamento de imposto menor instituído em dezembro de 2024

Contribuinte que obteve rendimentos em capital aplicado no exterior em aplicações financeiras ou lucros e dividendos de entidades controladas

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/05/salario-ferias-fgts-e-plr-sao-declarados-de-formas-diferentes-no-imposto-de-renda.shtml>

Instalada comissão que vai analisar PL do IR

A comissão especial que vai analisar o projeto de lei que trata da reforma do Imposto de Renda (IR) foi instalada na terça-feira (6) com a promessa de concluir os trabalhos ainda no primeiro semestre. Confirmado na presidência do colegiado após votação unânime, o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) oficializou o nome do ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) como relator da matéria, que promete isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil por mês.

Durante a apresentação do seu plano de trabalho, Lira disse que pretende concluir o seu relatório no dia 27 de junho, a tempo de ser discutido e votado pela comissão antes do início do recesso parlamentar, em 18 de julho. Ele também fez os primeiros comentários em relação à tramitação, quando chamou a atenção para a importância de que não haja perdas de arrecadação para Estados e municípios e nem risco de fuga de capital externo.

Sobre os entes federados, Lira disse que estimativas preliminares apontam que com a reforma os municípios perdem recursos oriundos do IR retido de funcionários públicos, o que pode dificultar a aprovação do projeto. De acordo com o relator, um deputado teria muita dificuldade em votar favoravelmente a algo prejudicial aos prefeitos aliados.

"Estimativas preliminares apontam que a perda de arrecadação do Imposto de Renda Próprio dos Municípios é de aproximadamente R\$ 5 bilhões e a perda do FPM antes das compensações é de aproximadamente R\$ 4 bilhões, ao passo que o aumento previsto de arrecadação que será destinado aos Fundos Constitucionais de Estados e Municípios gira em torno de R\$ 8,5 bilhões. Em termos líquidos, os dados indicam que os Municípios e Estados maiores podem vir a ser mais prejudicados que os menores", disse.

Lira também voltou a demonstrar preocupação com o efeito do projeto sobre os investimentos externos. De acordo com ele, a depender de como for feita, a eventual tributação de dividendos, por exemplo, pode desestimular a atração de capital.

"Por fim, e não menos importante, é preciso tentar ponderar o efeito que as medidas propostas no projeto de lei podem ter para os investimentos externos no Brasil, sobretudo em um claro cenário de turbulência para o mercado de capitais internacional como o presentemente experimentado e noticiado pelos meios de comunicação", afirmou Lira.

A seu pedido, a primeira autoridade convidada para falar na comissão será o secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto. Lira mencionou na sequência o secretário da **Receita Federal**, Ro-binson Barreirinhas. A lista também conta com a professora de tributação Vanessa Canado (Insper) e os economistas Sérgio Go-bet (FGV) e Guilherme Martins (USP), além de representantes da indústria, do comércio, dos prefeitos e dos secretários estaduais de Fazenda, entre outros.

O presidente da comissão informou que as reuniões vão acontecer às terças-feiras e que quer realizar a primeira já na próxima semana. Ainda não há garantias, entretanto, de que isso vai acontecer. Pereira Júnior disse ainda que a comissão vai realizar audiências itinerantes pelo país. (MC e MR)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188186>

Isenção do IR está prevista para ser votada em julho (congresso)

Israel Medeiros +

Com o apoio do governo e depois de um acordo com a Presidência da Câmara dos Deputados, a Casa instalou, nesta terça-feira, a comissão especial que vai discutir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Designado relator pelo presidente da comissão, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), conforme acordo feito no início de abril, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) prometeu que entregará seu relatório sobre o tema até 27 de junho.

A votação, segundo ele, deve ocorrer até o início do recesso parlamentar, em 16 de julho, para dar tempo aos colegas deputados de analisar a proposta e apresentar sugestões de mudança antes da pausa do meio de ano - postura que contrasta com o tratamento apressado dado aos projetos votados durante sua gestão na Presidência da Câmara.

O acordo do atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), com líderes partidários é discutir os projetos nas comissões, como manda o regimento. O objetivo é dar protagonismo a um número maior de deputados na tramitação dos textos. Isso inclui, agora, o próprio Lira.

Ninguém neste plenário, neste país é contra ou será contra a isenção para quem recebe até 5.000, intercalada com progressividade até R\$ 7 mil, com justiça tributária, com justiça social , afirmou Lira ao assumir a cadeira de relator.

Ele ressaltou que será essencial discutir como se dará a compensação para o governo federal, para estados e municípios. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando há renúncia fiscal por parte da União, o dinheiro em falta no caixa precisa ser reposto. O Ministério da Fazenda afirma que essa diferença será paga com a tributação de quem ganha mais, mas ainda há dúvidas de como a conta vai fechar.

Outro problema é que o lobby dessa parcela da população - inclusive alguns grupos já influentes no Congresso, como banqueiros, fazendeiros e empresários - tem cooptado deputados a aumentar os limites para quem será isento.

Nada mais justo do que a gente conciliar justiça tributária com responsabilidade social, com responsabilidade tributária, com responsabilidade fiscal , afirmou o ex-presidente da Câmara. Ele pontuou que já há diálogo com a Fazenda para que a pasta forneça todas as informações técnicas solicitadas pelos deputados da comissão.

Vamos nos empenhar para sermos escravos do diálogo da construção do texto adequado para atingir o objetivo da proposição do governo do presidente Lula, que é fazer a progressão da tabela de isenção para quem ganha até R\$ 5.000 neste país, a progressividade até os R\$ 7 mil e as consequentes taxações de quem recebe mais da forma mais adequada , frisou Lira.

Na segunda-feira, o governo retirou o pedido de tramitação em regime de urgência para o texto, respeitando o acordo feito com Hugo Motta de apoiar a discussão na comissão especial. O presidente, inclusive, se manifestou antes da instalação do colegiado. Disse ter certeza de que a Casa, com a relatoria de Lira e a presidência de Rubens Pereira Júnior na comissão, vai garantir a isenção com respeito à responsabilidade fiscal.

Com o deputado Rubens Pereira Jr. na presidência e o deputado Arthur Lira na relatoria, tenho certeza de que encontraremos o equilíbrio necessário para que, com responsabilidade fiscal, possamos aprovar a matéria e garantir esse benefício aos brasileiros", pontuou Motta, em um post no X, antes da instalação da comissão.

Do lado do governo, esse é o melhor dos cenários quando o assunto é avançar em pautas econômicas. Depois do pico na crise de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Planalto tem pressa para aprovar a isenção do IR, e a habilidade de articulação de Lira será uma aliada nesse processo, conforme pontuou o próprio líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). A gente sabe que ter o presidente Lira como relator dá um peso a esta comissão , disse o parlamentar, que, em abril, comemorou a escolha do ex-presidente da Câmara para a relatoria da proposta.

Já o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), destacou na sessão que a proposta foi uma promessa de campanha de Lula, assim como o avanço do restante da **reforma tributária**. Essa

isenção - para que ninguém da oposição ou forças do mercado ache que isso terá impacto, portanto é uma coisa que não deveríamos fazer no momento -, é bom dizer, e eu registro que isso foi uma bandeira e um compromisso do presidente Lula. Sempre fomos cobrados no plenário para que a reforma da renda tramitasse no Parlamento", enfatizou Guimarães. Ele também relembrou que a tabela do Imposto de Renda passou oito anos sem correção até 2023, primeiro ano de governo Lula.

Com o apoio do governo e depois de um acordo com a Presidência da Câmara dos Deputados, a Casa instalou, nesta terça-feira, a comissão especial que vai discutir a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Designado relator pelo presidente da comissão, Rubens Pereira Júnior (PT-MA), conforme acordo feito no início de abril, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) prometeu que entregará seu relatório sobre o tema até 27 de junho.

A votação, segundo ele, deve ocorrer até o início do recesso parlamentar, em 16 de julho, para dar tempo aos colegas deputados de analisar a proposta e apresentar sugestões de mudança antes da pausa do meio de ano - postura que contrasta com o tratamento apressado dado aos projetos votados durante sua gestão na Presidência da Câmara.

O acordo do atual presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), com líderes partidários é discutir os projetos nas comissões, como manda o regimento. O objetivo é dar protagonismo a um número maior de deputados na tramitação dos textos. Isso inclui, agora, o próprio Lira.

Ninguém neste plenário, neste país é contra ou será contra a isenção para quem recebe até 5.000, intercalada com progressividade até R\$ 7 mil, com justiça tributária, com justiça social , afirmou Lira ao assumir a cadeira de relator.

Ele ressaltou que será essencial discutir como se dará a compensação para o governo federal, para estados e municípios. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando há renúncia fiscal por parte da União, o dinheiro em falta no caixa precisa ser repostado. O Ministério da Fazenda afirma que essa diferença será paga com a tributação de quem ganha mais, mas ainda há dúvidas de como a conta vai fechar.

Outro problema é que o lobby dessa parcela da população - inclusive alguns grupos já influentes no Congresso, como banqueiros, fazendeiros e empresários - tem cooptado deputados a aumentar os limites para quem será isento.

Nada mais justo do que a gente conciliar justiça tributária com responsabilidade social, com responsabilidade tributária, com responsabilidade fiscal , afirmou o ex-presidente da Câmara. Ele pontuou que já há diálogo com a Fazenda para que a pasta forneça todas as informações técnicas solicitadas pelos deputados da comissão.

Vamos nos empenhar para sermos escravos do diálogo da construção do texto adequado para atingir o objetivo da proposição do governo do presidente Lula, que é fazer a progressão da tabela de isenção para quem ganha até R\$ 5.000 neste país, a progressividade até os R\$ 7 mil e as consequentes taxações de quem recebe mais da forma mais adequada , frisou Lira.

Na segunda-feira, o governo retirou o pedido de tramitação em regime de urgência para o texto, respeitando o acordo feito com Hugo Motta de apoiar a discussão na comissão especial. O presidente, inclusive, se manifestou antes da instalação do colegiado. Disse ter certeza de que a Casa, com a relatoria de Lira e a presidência de Rubens Pereira Júnior na comissão, vai garantir a isenção com respeito à responsabilidade fiscal.

Com o deputado Rubens Pereira Jr. na presidência e o deputado Arthur Lira na relatoria, tenho certeza de que encontraremos o equilíbrio necessário para que, com responsabilidade fiscal, possamos aprovar a matéria e garantir esse benefício aos brasileiros", pontuou Motta, em um post no X, antes da instalação da comissão.

Do lado do governo, esse é o melhor dos cenários quando o assunto é avançar em pautas econômicas. Depois do pico na crise de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Planalto tem pressa para aprovar a isenção do IR, e a habilidade de articulação de Lira será uma aliada nesse processo, conforme pontuou o próprio líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ). A gente sabe que ter o presidente Lira como relator dá um peso a esta comissão , disse o parlamentar, que, em abril, comemorou a escolha do ex-presidente da Câmara para a relatoria da proposta.

Já o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), destacou na sessão que a proposta foi uma promessa de campanha de Lula, assim como o avanço do restante da **reforma tributária**. Essa isenção - para que ninguém da oposição ou forças do mercado ache que isso terá impacto, portanto é uma coisa que não deveríamos fazer no momento -, é bom dizer, e eu registro que isso foi uma bandeira e um compromisso do presidente Lula. Sempre fomos cobrados no plenário para que a reforma da renda tramitasse no Parlamento", enfatizou Guimarães. Ele

também lembrou que a tabela do Imposto de Renda passou oito anos sem correção até 2023, primeiro ano de governo Lula.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2025/05/7138396-isencao-do-ir-esta-prevista-para-ser-votada-em-julho.html>

O que é CFOP, como funciona e quais os códigos mais comuns

Empresas físicas e virtuais que emitem nota fiscal por transações comerciais devem conhecer o Código Fiscal de Operações e Prestações (CFOP), um mecanismo que o fisco brasileiro usa para reconhecer processos de compra, venda, devolução, locação, transferência, remessa, doação e demonstração de bens e serviços no mercado nacional e gerenciar as obrigações tributárias indicadas nos documentos fiscais.

A formação de cada CFOP está relacionada ao tipo de operação, ou seja, os números indicam se o produto ou serviço vai circular dentro do estado de origem ou fora dele, além de definir que tipo de imposto a cadeia de contribuintes vai pagar.

Como o CFOP funciona?

O governo federal, na figura da **Receita Federal**, e as secretarias de Fazenda estaduais dispõem de tabela unificada com códigos para guiar vendedores, compradores, prestadores de serviços e os próprios poderes fiscais sobre qual é a origem das mercadorias, de que tipo são, para onde vão e quais obrigações tributárias estão envolvidas.

O contador e especialista em **tributos**, Alison Santana, comenta que a ordem dos números - seja no começo ou no fim da sequência - aponta em que tipos de operações as empresas estão envolvidas:

"Se é uma venda de uma empresa comercial, você está vendendo para comercialização, então há um código que no final sempre vai ser 102. Se você fez uma compra para industrialização, comprou aquele material numa indústria e você vai fazer a revenda, ele vai vir sempre com o final 101. Há também as transferências entre as filiais, bonificações. Então o CFOP demonstra se aquela operação é passível de tributação ou não. As transferências, por exemplo, não são", exemplifica Santana.

Os códigos estão divididos em entrada - quando uma empresa compra ou adquire mercadorias ou serviços - ou saída - quando uma organização vende ou presta serviços -, definidos no começo da sequência numérica e estão divididos em seis grupos para representar a origem e destino dos produtos. Fica assim:

CFOP de entrada:

Código começa com o número 1 - compra ou aquisição de bens e serviços entre empresas no mesmo estado;

Código começa com o número 2 - compra ou aquisição de bens e serviços comprados com fornecedores de outros estados;

Código começa com o número 3 - compra ou aquisição de bens e serviços do exterior, quando a empresa contrata serviços e produtos de outros países.

CFOP de saída:

Código começa com o número 5 - venda ou prestação de serviços da emitente do documento fiscal para empresas do mesmo estado;

Código começa com o número 6 - venda ou prestação de serviços de emitente de outro estado;

Código começa com o número 7 - venda ou prestação de serviços da emitente para empresas do exterior.

Os outros três dígitos do CFOP revelam qual é o grupo da atividade econômica destacada na nota fiscal e o tipo de operação ou prestação de serviço: compra, venda, locação, entre outros.

Confira a lista de códigos mais utilizados e conhecidos

Dentre a extensa tabela de CFOP, os mais comuns estão relacionados a vendas de produtos de fabricação própria ou de terceiros (5100), venda de produto em estabelecimento comercial (5101) entre outros, segundo a **Receita Federal**. Outros exemplos são:

1102 - Compras de mercadorias a serem comercializadas;

1202 - Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas ou recebidas de terceiros, que não tenham sido objeto de industrialização no estabelecimento;

1556 - Compras de mercadorias destinadas ao uso ou ao consumo no estabelecimento;

3101 - Compras de mercadorias a serem utilizadas em processo de industrialização;

3102 - Compras de mercadorias a serem comercializadas;

5103 - Venda de produção do estabelecimento, efetuada fora do estabelecimento;

5104 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros, efetuada fora do estabelecimento;

5116 - Venda de produção de estabelecimento originada de encomenda para entrega futura;

5403 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros em operação com mercadoria sujeita ao regime de substituição tributária;

5411 - Devoluções de vendas de mercadorias adquiridas para serem comercializadas

5915 - Remessas de mercadorias ou bens para consertos e reparos;

6101 - Venda de produção do estabelecimento;

6102 - Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros;

6124 - Industrialização efetuada para outra empresa.

Sistema facilita fisco e empresas

O Portal da Nota Fiscal Eletrônica é um sistema unificado entre **Receita Federal** e Secretarias de Fazenda dos estados brasileiros, o que facilita a comunicação entre contribuintes e os órgãos fiscais. É através dele que emitentes de nota fiscal lançam o CFOP para informar ao Estado sobre a licitude dos negócios e como operam de maneira transparente no mercado.

A advogada tributarista Ana Cláudia Utumi acredita que o sistema de CFOP é muito prático porque agiliza as declarações fiscais através dos números, em vez de um cadastro manual e escrito por extenso, por exemplo.

"O CFOP nada mais é do que uma sistematização de uma lista de situações que acontecem no dia a dia das empresas quando se trata de mercadorias. Ele demarca entradas e saídas de produtos e como isso é feito: lá, a pessoa registra a entrada da mercadoria no estabelecimento, a saída de uma transferência simples, a entrada de devolução de um bem... O sistema é integrado e já "avisa" às Fazendas, que

sabe quem está comprando e vendendo e as incidências dos **tributos**, como um ICMS de 12%, um IPI de 5%, por exemplo", avalia Ana Cláudia.

A especialista diz que o CFOP ajuda a organizar o sistema e detalha automaticamente qual é a incidência de **tributos** sobre cada operação - como compra, venda, devolução, remessa e locação -, disponibilizada para o fisco e para os contribuintes.

A advogada aponta quais são os encargos envolvidos ao emitir a nota fiscal das operações de mercadorias e prestações de serviço, a depender da categoria:

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - arrecadação estadual;

Programa de Integração Social (PIS) - arrecadação federal;

Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (COFINS) - arrecadação federal;

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) - arrecadação federal.

Por isso, é importante informar o CFOP corretamente na nota fiscal e em todos os outros documentos fiscais, já que um erro no código pode provocar penalidades às empresas contribuintes:

"Só a partir desse código de quatro dígitos, o fisco consegue saber qual o motivo pelo qual a empresa X manda aquela determinada mercadoria para a empresa Y. Por exemplo: se eu tenho uma máquina e mando para a locação e aí, sem querer, eu coloco lá o código de compra e venda da máquina, o fisco vai olhar para a operação, vai ver um código de venda e não vai ver o recolhimento do ICMS, tem algo errado", arremata a tributarista.

O CFOP sofre alteração com a **reforma tributária** sobre consumo?

Com a extinção do PIS e do COFINS para dar lugar à Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) pela Lei Complementar nº 214/2025, o que sofre alteração, por enquanto, é apenas o modelo de arrecadação para os cofres públicos, não o sistema do CFOP, como acredita a advogada Ana Cláudia Utumi, que reitera que não há nada definido.

O contador Alison Santana reflete que o CFOP pode ser substituído pelas práticas previstas na Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), um sistema de categorização de mercadorias adotado pelo bloco para operações de comércio exterior entre os países-membro:

"A NCM vem com uma conotação mais abrangente, com vários códigos de utilização e eu acredito muito que ele vai ser o fator para acabar com o CFOP para ter um padrão, visto que a **reforma tributária** tenta unificar todo o nosso país com alíquotas iguais. Acho que essa questão de tributação vai ser interna e externa, eu acho que isso vai acabar extinguindo o CFOP", finaliza Santana.

Site: <https://valor.globo.com/empresas/artigo/o-que-e-cfop-como-funciona-e-quais-os-codigos-mais-comuns.ghtml>

Belém sedia evento internacional sobre bancos de leite e mudanças climáticas

Foi aberta ontem (6), na Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, em Belém, a programação do evento internacional "Banco de Leite Humano e Mudanças Climáticas - O que podemos fazer a mais?". O encontro, que segue até esta quarta-feira (7), reúne representantes de mais de dez países e todos os estados brasileiros para discutir estratégias diante das emergências sanitárias e dos desafios **impostos** pelas mudanças climáticas à saúde pública.

Integrando a agenda da pré-COP30, o evento é promovido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH)/IFF/Fi-ocruz, Ministério da Saúde e Opas/OMS, com apoio da Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (Sespa) e Fundação Santa Casa. A proposta é alinhar políticas públicas de proteção à infância com ações de enfrentamento à crise climática.

Durante a cerimônia de abertura, a secretária de Estado de Saúde Pública, Ivete Vaz, destacou que o evento "fortalece redes de apoio e soluções interinstitucionais, colocando em evidência o banco de leite humano como pilar estratégico para a sobrevivência de recém-nascidos em situações vulneráveis". Segundo ela, discutir o tema

sob a perspectiva ambiental "é reforçar o compromisso com o futuro da nossa gente e do planeta".

Coordenadora do Banco de Leite Humano da Santa Casa, a nutricionista Cy-nara Souza afirmou que o Fórum pretende deixar um legado prático, com diretrizes que orientarão as ações da rede em 2025.

"Queremos criar uma linha de trabalho pactuada a partir das vivências e perspectivas compartilhadas", explicou. Ela também destacou a importância da atuação em rede: "O que vivemos com a emergência no

Rio Grande do Sul é prova disso. A mobilização nacional garantiu o envio de leite humano às unidades de terapia neonatal que estavam isoladas e desabastecidas. Esse trabalho conjunto salvou vidas".

REDE

O coordenador da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, João Aprígio de Almeida, classificou o

encontro como um marco na história da rede. "Esse evento demarca a atuação da rBLH no contexto da pré-COP30 e reforça que não se trata de

uma pauta da moda. Nós vivemos de perto as emergências sanitárias decorrentes da crise climática".

Segundo Aprígio, a resposta da rede brasileira às enchentes no Sul do país é um exemplo do impacto positivo da articulação nacional: "Em menos de 24 horas, reunimos 768 litros de leite humano, que foram levados com segurança às UTIs neonatais do Rio Grande do Sul, com apoio da Força Aérea Brasileira. Essa iniciativa ganhou dimensão internacional e foi apresentada pela Organização Mundial da Saúde".

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3129#book/>

Ministro do TCU dá as caras em novo escândalo - CLÁUDIO HUMBERTO

CLÁUDIO HUMBERTO

O ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), é o novo personagem no escândalo do roubo às aposentadorias do **INSS**. É suspeito de dispensar reconhecimento facial e assinatura eletrônica, formas seguras para o aposentado autorizar desconto. E teria retirado o tema da pauta do TCU por cinco vezes, retardando providências. Ele e o filho, Tiago Cedraz, são conhecidos na Polícia Federal. Em 2017, Tiago foi alvo da Operação Abate II, da Lava Jato, em esquema de propina na Petrobras. Teve contas bloqueadas pelo juiz Sergio Moro.

OPERAÇÃO 'ABATE II'

Em 2019, o relator da Lava-Jato no STF, Edson Fachin, quis afastar Aroldo Cedraz do TCU por tráfico de influência. Perdeu por 3x2.

OPERAÇÃO 'REGISTRO ESPÚRIO'

Tiago foi investigado em 2018 por fraude no Ministério do Trabalho.

O STF o manteve solto, mas mandou prender seu sócio, Bruno Galeano.

APENAS COINCIDÊNCIA?

O gabinete de Paulinho da Força também foi alvo da PF. O sindicato do qual é diretor Frei Chico, irmão de Lula, é ligado à Força Sindical.

ISTO LEMBRA ALGUMA COISA

A PF investigou Cedraz e mais vinte em esquema de contribuições sindicais descontadas dos trabalhadores a maioria indevidamente.

AFANO NO **INSS** CAUSA NOVO EMBATE COSTA X HADDAD

Mesmo no exterior enquanto o país pega fogo com a indignação geral contra o roubo a aposentados do **INSS**, Fernando Haddad (Fazenda) entrou em rota de colisão com Rui Costa (Casa Civil). Os ministros são antigos desafetos porque rivalizam na pretensão de suceder a Lula na Presidência. Desta vez, a bateção de cabeça é sobre de onde sairá o dinheiro para

ressarcir os idosos saqueados por sindicatos picaretas.

MEU PIRÃO

Saiu da Fazenda de Haddad a ideia de usar verbas do PAC como solução. Foi aí que irritou Costa, que administra o programa meiaboca.

VITRINE FAJUTA

As reuniões não têm sido amistosas.

Rui Costa aposta no PAC para melhorar a avaliação do governo.

Só falta ir em inauguração de poste.

BRIGA POR PROCURAÇÃO

Com Haddad flinando entre Estados Unidos e México, quem briga por procuração é Dario Durigan, o secretário-executivo da Fazenda.

AO INVERSO

O deputado Maurício Marcon (Podemos-RS) achou o fim da picada a reação do STF ao escândalo do afano do **INSS**: "Estão preocupados com a imagem do governo, enquanto a situação dos aposentados..."

NOSSA CONTA

O presidente Lula começou mais um tour internacional com tudo custeado pelo pagador de **impostos**.

Os destinos: Rússia e China. A primeira-dama Janja foi bem antes do maridão, também na faixa.

FOI SEM TER IDO

O PDT inovou com o desembarque fracionado do governo Lula. A Câmara decidiu romper, mas o Senado segue governista.

Assim, garantiu a boquinha no Ministério da Previdência, pivô de escândalo.

ELO SUSPEITO

O senador Rogério Marinho (PLRS) desconfia da investigação do afano no **INSS**. A operação é da Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça e dois dos sindicatos enrolados no assalto têm o filho do ministro Ricardo Lewandowski como advogado.

Humm...

CAMPOS NETO É DO NU

Apos período de quarentena, que se encerra em junho, o ex-presidente do Banco Central Roberto Campos Neto será vice-chairman e chefe global de políticas públicas do Nubank, o mais popular banco brasileiro.

VELHOS CONHECIDOS

Osmar Terra (MDB-RS) atribui à corrupção ao mau uso de recursos públicos a diferença entre riqueza e índice de desenvolvimento baixo do Brasil, que é "7º em população, 7º no **PIB** e 84º no IDH", alerta.

PELA ANISTIA

Será nesta tarde a caminhada pela anistia dos presos pela arruaça do 8 de janeiro de 2023. O ato é organizado pela oposição, será em Brasília, com saída da Torre de TV, às 16h. Jair Bolsonaro é aguardado.

PUNIÇÃO ESTENDIDA

Apesar da imunidade parlamentar prevista na Constituição, Gilvan da Federal (PL-ES) foi suspenso após atacar Gleisi Hoffmann.

Seus assessores também serão punidos: todos perderão o cargo na Câmara.

PENSANDO BEM.

.assistimos a mais um déjà vu na corrupção.

PODER SEM PUDOR - A CORES É OUTRO PAPO

Um cabo eleitoral de Lajes (SC) sempre pedia presentes aos políticos, por isso teria sido presenteado com uma TV preto branco por um deputado estadual que teria ajudado a eleger, Ivan Ranzolim. Mas vivia reclamando: " Não consigo fazer funcionar aquelas botãozeiras.

Quando tem semblante não tem sotaque, quando tem sotaque não tem semblante." Ranzolim eleito presidente da Assembléia, o homem pediu uma TV a cores: " Pode até faltar o sotaque, mas o semblante eu quero colorido."

**

"Tem um teatro de troca de ministros"

Deputada Adriana Ventura (Novo-SP) sobre nº2 de Carlos Lupi assumir a Previdência

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-impresa/>

Futuro da Petrobras interessa a todos (Editorial)

O noticiário sobre a Petrobras - a maior empresa brasileira - muitas vezes fica concentrado apenas na cotação dos combustíveis. Ontem, a estatal iniciou mais um corte no preço do diesel para as distribuidoras (de R\$ 0,16), que deve representar alguma queda no valor apresentado na bomba - uma notícia positiva para frear parte da **inflação** dos alimentos, diante de uma logística nacional extremamente dependente do transporte terrestre.

No entanto, pouco se discute sobre o reposicionamento da Petrobras nos últimos anos. Contra a corrente liberal de outrora, a estatal passou por uma mudança de política durante o governo Lula (PT), a partir de uma agenda estatizante para retomada de ativos cedidos à iniciativa privada em gestões anteriores.

Como maior empresa brasileira, a Petrobras tem a obrigação de se posicionar muito além de uma perfuradora de poços, ainda que essa atividade seja primordial para o setor petrolífero da companhia. É a partir da estatal que o Brasil pode ampliar ainda mais a sua independência energética e financiar, inclusive, uma matriz ainda mais sustentável, focada em energia e combustíveis limpos - uma migração que requer investimentos altíssimos em ciência e tecnologia.

O **comunicado** ao mercado financeiro feito pela companhia no último dia 23 comprova o acertado reposicionamento. O conselho de administração da Petrobras obteve acordo para retomar duas fábricas de fertilizantes, em Camaçari (BA) e Laranjeiras (SE), com abertura de uma licitação para operar nas duas plantas. O negócio envolve a Unigel, uma multinacional do setor petroquímico, abrindo mão do arrendamento das unidades, que duraria até 2030.

As duas fábricas foram arrendadas pela estatal em 2019, mas estão paradas desde 2023 por causa de dificuldades financeiras. Tratam-se dos chamados fertilizantes nitrogenados, muito usados pelo agronegócio. Um produto comum é a ureia, por exemplo. Para a produção, a fábrica precisa do gás natural como matéria-prima, um dos ramos mais consolidados da estatal. Ou seja, são empreendimentos de baixo risco e com enormes ganhos para o Brasil.

Outras iniciativas recentes vão na mesma linha. Na

semana passada, a Petrobras lançou uma licitação para contratação das empresas que vão realizar obras de construção de unidades operacionais no Polo GasLub, em Itaboraí (RJ). O objetivo é ampliar em 12 mil barris por dia (bpd) a fabricação de óleos lubrificantes; 75 mil bpd de diesel S-10; e 20 mil bpd de querosene de aviação com baixo teor de enxofre. A estimativa é que sejam gerados até 10 mil empregos diretos e indiretos. As obras estavam paradas desde 2015.

Em movimento semelhante, há um ano, a Petrobras retomou a contratação de embarcações próprias, a partir da compra de quatro navios da classe Handy. A ideia é ampliar a indústria naval brasileira para atender demandas de transporte de produtos por via marítima. A nova agenda da empresa reposiciona a Petrobras ao lado do povo brasileiro, como maior patrimônio do país.

É preciso observar que algumas questões exigem muito debate. A perfuração na foz do Amazonas, na chamada Margem Equatorial, por exemplo. Por se tratar de um empreendimento que pode causar impactos ambientais, que divide o Ibama e a própria Petrobras, a questão merece todo cuidado possível. Sobre tudo em um ano no qual o Brasil recebe a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém.

Site: <https://digital.em.com.br/>

Redução da jornada de trabalho (Artigo)

GREGÓRIO JOSÉ LOURENÇO SIMÃO,
jornalista/radialista/filósofo

Brasil, país tropical, abençoado por Deus e legislado por quem não tem hora pra nada - não ser pra sair correndo quando o escândalo bate na porta. Pois agora, em pleno calor legislativo de Brasília, quatro propostas de emenda constitucional resolveram dar um chega-pra-lá na jornada de trabalho.

A ordem do dia: trabalhar menos, ganhar igual, produzir o que der e torcer pra economia aguentar firme.

É a República do "depois a gente vê".

Querem reduzir a jornada semanal de trabalho das atuais 44 horas para 40, ou - pra quem acha pouco descanso - 36 horas. E tudo isso, veja bem, sem mexer no salário. Sim, você leu certo. É o famoso "trabalhe menos, ganhe igual e, se puder, produza mais só com boa vontade e cafezinho".

Claro que a proposta caiu no colo do presidente Lula como uma bênção divina em ano de escândalo no **INSS**. Porque se tem uma coisa que distrai o povo melhor do que futebol, é uma promessa de não precisar mais bater ponto na sexta-feira.

A ideia é tão bonita que parece slogan de escola de samba: "Quatro dias só, Brasil no ziriguidum, salário igual, produtividade nenhum!" Mas antes que a gente comece a encomendar a rede nova e o plano bronze verão, vale lembrar que Fiemg, FGV e até os gringos da OIT estão olhando de lado e dizendo: "Meu filho, não é assim que se faz conta". Os números são de dar insônia em economista: até 18 milhões de empregos podem ir pra cucuia, **PIB** pode cair mais que a audiência do Fantástico, e os custos do trabalho sobem como elevador de luxo em prédio de lobby sindical.

Enquanto isso, centrais sindicais fazem pressão pra acabar com a tal escala 6x1, o que é ótimo - ninguém quer trabalhar mais que o relator da CPI.

Mas, francamente, exigir isso sem tocar no salário ou na produtividade, num país em que o trabalhador médio rende menos que ventilador de rodoviária, é o equivalente econômico de colocar cobertura e cereja num pudim de vento.

As centrais exigem muito, os empresários gritam

"Socorro!", e o Congresso bate palma como se fosse show da Ivete.

O resultado, claro, é que temos uma bela comédia pastelão: de um lado, os trabalhadores acreditando que vão virar dinamarqueses da noite pro dia; do outro, patrões preparando a guilhotina do corte ou o robô do futuro; e no meio, o governo dizendo "depois a gente vê como paga".

Não é à toa que o Brasil é esse país encantado onde a produtividade cresce menos que cabelo de careca. E não venham dizer que a culpa é do povo!

Culpa mesmo é de quem acha que PEC se aprova com base em torcida organizada de sindicato ou no humor do presidente do dia.

Como dizia meu tio com uma cerveja na mão, um carnê atrasado e o nome no Serasa: "Trabalhar menos é bom, mas alguém vai ter que pagar essa conta -, no fim, adivinha quem é?"

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-b56ecb91e505cc30ffb96419af1cf19.pdf

Brasil sobe 5 posições em índice do IDH

O Brasil subiu cinco posições no ranking de desenvolvimento humano da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 2022 e 2023, passando da 89ª para a 84ª posição (o índice saiu de 0,760 para 0,786). O país voltou à posição registrada em 2020 e superou pela primeira vez o patamar pré-pandemia de 0,764, alcançado em 2019.

Ainda assim, o Brasil continua abaixo de vizinhos como Peru, Colômbia, Uruguai, Argentina e Chile. Também foi ultrapassado pelo Azerbaijão, com quem havia empatado no levantamento anterior na 89ª posição.

A alta brasileira foi puxada pelo avanço de 73,4 anos na expectativa de vida registrada em 2022 para 75,8, em 2023. Também houve crescimento do **PIB** per capita considerando paridade de poder de compra para US\$ 18.011, contra US\$ 14.616 no ano anterior.

Os indicadores educacionais, no entanto, ficaram estagnados.

O período que uma pessoa deveria passar na escola em 2023 era de 15,8 anos (eram 15,6 anos em 2022), mas a população teve, em média, só 8,4 anos de ensino formal (8,3 anos no ano anterior).

De acordo com a economista-chefe da Unidade de Desenvolvimento Humano do Pnud Brasil, Betina Ferraz Barbosa, os números de saúde e renda sofrem reflexos diretos da conjuntura, a exemplo do efeito da mortalidade da Covid-19 na expectativa de vida, enquanto uma política pública leva anos para mudar as condições da educação.

No Brasil, diz Barbosa, a diferença entre o tempo de ensino indicado em planos educacionais e o período de fato na escola mostra que o problema da evasão persiste. "Depois de um vácuo de anos, tivemos, nos últimos dois anos, a implementação do programa pé-de-meia [que destina um incentivo financeiro para os alunos concluírem o ensino médio], mas ainda não dá para medir se isso mudou algo".

Considerando o período desde 1990, a alta na evasão foi grande: o índice era de 0,62 naquele ano, uma alta de 26,7% em 33 anos.

Entre 1990 e 2023, a expectativa de vida ao nascer no Brasil aumentou em 9,99 anos, os anos esperados de escolaridade aumentaram em 1,70 ano e a média de anos de escolaridade aumentou em 4,74 anos. A

renda nacional bruta per capita do Brasil aumentou cerca de 47,9% nesse período, afirma o relatório (Da Folhapress)

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-b56ecb91e505cc30ffbba96419af1cf19.pdf

Mercado vê nova alta da Selic e fim de sinalizações do BC sobre futuro

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

Diante das incertezas globais geradas pelo tarifaço imposto pelo presidente dos EUA, Donald Trump, economistas esperam que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central evite dar novas sinalizações (ou "forward guidance", no jargão do mercado) sobre a administração futura da Selic.

O colegiado já aumentou a taxa básica de juros em 3,75 pontos percentuais desde setembro, quando retomou o ciclo de aperto monetário - inclusive, com três elevações consecutivas de 1 ponto cada, entre dezembro e março. Na sua reunião de março, o Copom indicou uma nova alta, mas "de menor magnitude", no encontro que termina hoje.

As medianas do Focus e da mais recente pesquisa Projeções Broadcast preveem agora uma alta de 0,5 ponto, o que levaria a Selic para 14,75%.

A principal dúvida dos analistas diz respeito à sinalização futura.

No fim de abril, vários diretores do BC indicaram que a alta das incertezas no campo externo torna um "forward guidance" infrutífero neste momento, e que as próximas decisões devem ficar em aberto. A propósito do tema, o presidente da autarquia, Gabriel Galípolo, chegou a dizer na semana passada que era preciso ganhar mais graus de flexibilidade na política monetária.

"O mais provável é o BC usar a mesma estratégia que usou no fim do ciclo de aperto passado, e dizer que vai "avaliar a necessidade de um novo ajuste na próxima reunião", diz o economista-chefe do Banco BMG, Flávio Serrano.

Em linhas gerais, se formou uma opinião no mercado de que o tarifaço tende a produzir efeitos desinflacionários para o Brasil. Nos últimos 45 dias, o dólar caiu de R\$ 5,80 para R\$ 5,70, pela metodologia usada pelo Copom. Os preços das commodities também têm registrado quedas no mercado internacional.

Com isso, as medianas do Focus para o IPCA ficaram praticamente estáveis nas últimas semanas, com uma baixa marginal na expectativa para 2025.

Mas a **inflação** corrente continua pressionada.

Além da queda dos preços de commodities e do dólar, pesa nesse cenário a avaliação de que as exportações chinesas antes destinadas aos EUA vão ser ofertadas ao resto do mundo, promovendo uma queda nos preços de bens industriais.

"O BC pode ter de trazer o benefício da dúvida, porque temos uma enormidade de variâncias em jogo: choque desinflacionário, preços de petróleo despencando, a possível inundação de produtos chineses no mundo, o dólar americano caindo, e tudo ao mesmo tempo", diz o economista chefe da Ágora Investimentos, Dalton Gardimam.

Analistas já esperam queda de 0,1 a 0,2 ponto nas projeções de **inflação** do Copom para 2025 (5,1%) e 2026 (3,7%), que agora se torna o horizonte relevante para a política monetária.

Novo aumento Analistas projetam anúncio de alta de 0,5 ponto para a Selic, que chegaria a 14,75%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Política monetária em tempos incertos (Artigo)

Tomás Goulart

Após o furacão que atingiu a economia e os mercados globais desde o "Liberation Day" do início de abril, os comitês de política monetária do Banco Central do Brasil (BCB) e do Federal Reserve (Fed) se reúnem hoje diante de um cenário global bastante diferente daquele observado nas últimas decisões.

No plano internacional, a visibilidade segue turva, e muitos dos efeitos ainda precisam ser confirmados pelos indicadores econômicos. Entre as principais incertezas:

1. Desaceleração da atividade global-Ainda há dúvidas sobre a intensidade da desaceleração econômica mundial. Historicamente, aumentos de tarifas por grandes economias costumam reduzir o comércio internacional, o que impacta negativamente o crescimento global.

2. Pressões inflacionárias divergentes-Há trajetórias distintas para os preços. Produtos manufaturados sujeitos a tarifas devem encarecer, especialmente com a recente desvalorização do dólar frente a outras moedas. Por outro lado, o petróleo sofreu forte queda com a combinação de demanda mais fraca e aumento da oferta pela Arábia Saudita. Esse movimento tende a aliviar a **inflação** global, inclusive nos preços agrícolas. Já nos serviços, a **inflação** responde mais à atividade econômica: com a previsão de queda do Produto Interno Bruto (**PIB**) americano, espera-se uma piora no mercado de trabalho, alta do desemprego e menor pressão sobre os preços dos serviços.

Com isso, mesmo com a alta nos preços de bens manufaturados, a **inflação** nos Estados Unidos tende a ceder, abrindo espaço para que o Fed considere cortes de juros no segundo semestre.

O Brasil vive, no momento, um duplo choque positivo para a **inflação**: queda do petróleo e apreciação do câmbio. Isso favorece a política monetária, mas a principal dúvida é: esse alívio será duradouro o suficiente para ancorar as expectativas de **inflação**?

No curto prazo, sim. A perspectiva de corte nos preços da gasolina - item de peso relevante no IPCA-traz alívio imediato. Mesmo com participação menor no índice, a queda do diesel reduz custos de transporte e

impacta positivamente a economia.

No longo prazo, também há efeitos. Um dólar mais fraco globalmente tende a reduzir a pressão sobre bens importados, e uma **inflação** mais comportada agora reduz a inércia inflacionária no futuro. Mas isso é suficiente para reverter a política monetária?

Na nossa avaliação, ainda não. Sem maior clareza sobre o rumo da política fiscal, não há espaço para uma melhora robusta das expectativas de **inflação**.

Nos Estados Unidos, o Fed deve adotar uma postura cautelosa, optando por esperar os desdobramentos do cenário comercial e seus efeitos sobre a economia global e, em especial, a americana. Em tempos incertos, ganhar tempo pode ser a melhor estratégia.

No Brasil, o Copom deve elevar a Selic em 50 pontos-base (0,5 ponto percentual), para 14,75%, sinalizando que os próximos passos dependerão da evolução do cenário econômico. A autoridade monetária precisa aproveitar o ambiente externo mais favorável para reforçar o combate à **inflação**, reconquistar a confiança e ancorar expectativas. O que antes parecia impossível, hoje é apenas difícil - mas ainda estamos longe de declarar a situação como sob controle.

O início de um ciclo de cortes de juros segue distante. Será preciso mais colaboração: do cenário externo e, principalmente, dos nossos próprios esforços.

Tomás Goulart é economista-chefe da Novus Capital

E-mail tgoulart@novuscapital.com.br

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188186>

Rodoviários aceitam reajuste salarial e não vão entrar em greve

Pedro Valdez

A assembléia geral do Sindicato dos Rodoviários de Belém (Sintrebel) aceitou a proposta de reajuste oferecida pelos empresários do setor de transporte público de Belém e Região Metropolitana, e não haverá greve da categoria neste ano. O Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém (Setransbel) ofereceu uma reposição de acordo com a **inflação** geral do período, a ser computada pela data-base da categoria, que é neste mês de maio. Isso deve representar "um aumento salarial de 5,5% para motoristas e cobradores dos coletivos comuns. Para os motoristas dos novos ônibus com ar-condicionado

- chamados de "Geladão"

- foi oferecida pelos patrões a reposição inflacionária mais 17% de aumento nos vencimentos, o que deve totalizar aproximadamente 22,5% de reajuste. Esses profissionais, agora, com a retirada dos cobradores dos novos coletivos, precisam dirigir, liberar a catraca e passar o troco durante as viagens.

A assembléia geral foi conduzida pelo presidente do sindicato da categoria, Altair Brandão, que esteve reunido anteriormente com os representantes patronais. "Não foi o que a gente queria, mas foram contempladas várias reivindicações nossas. E a nossa assembléia aceitou. Por isso, foi decidido que amanhã (hoje, 7 de maio) os ônibus vão rodar normalmente", disse Brandão.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3129#book/>

Governo quer usar dinheiro público e pagar de uma só vez valor descontado de aposentados

Catia Seabra

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) estuda usar dinheiro do orçamento do Executivo para fazer a devolução dos valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A ideia é fazer o ressarcimento de uma única vez ao beneficiário, seguindo um cronograma pré-definido, a exemplo do que ocorre com o calendário de pagamentos do instituto.

Seria estabelecido um critério para a definição da fila, como a data de nascimento. Ainda não está definido qual será o período de descontos ilegais a ser conside-

rado para devolução. Segundo a investigação da Polícia Federal e da CGU (Controladoria-Geral da União), descontos não autorizados em aposentadorias e pensões do **INSS** ganharam força a partir de 2019, no mandato do então presidente Jair Bolsonaro (PL), e atingiram a casa dos bilhões a partir de 2023, no terceiro mandato de Lula.

A restituição dependerá de comprovação de que o desconto foi feito sem autorização do beneficiário -o que pode funcionar como regra para devolução. Essa comprovação de que não houve anuência é um dos pontos delicados do processo, porque os beneficiários podem alegar que foram induzidos ao erro.

Ainda de acordo com integrantes do governo, a ideia é que o Executivo arque com as despesas e busque o ressarcimento futuro junto às

entidades fraudadoras. Para acelerar a liberação de recursos, o governo deve se valer de um artigo da Constituição Federal que trata da responsabilidade civil do Estado e das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos causados a terceiros.

O parágrafo 6o do artigo 37 da Constituição estabelece que "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes,

nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

A aplicação dessa norma depende da comprovação de dano. Do contrário, será necessária a edição de uma Medida Provisória para abertura de crédito suplementar. Outra hipótese seria o envio de

um projeto ao Congresso Nacional para a liberação do dinheiro, mas isso exigiria mais tempo para o início do processo de ressarcimento.

Nesta terça-feira (6), o novo presidente do **INSS**, Gilberto Waller Júnior, informou que a devolução será feita diretamente na conta do beneficiário.

O projeto está em fase de discussão interna com a Casa Civil e envolve a participação de órgãos como Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público Federal.

Ele também explicou que o **INSS** abriu 12 processos contra entidades suspeitas, com base na lei anticorrupção.

Entre as investigadas estão empresas que teriam pago propina a agentes públicos e outras classificadas como "empresas fantasmas", que, segundo ele, "não apresentavam condições mínimas para existir". Nessas situações, o **INSS** desconsiderou a personalidade jurídica para atingir os sócios e eventuais conglomerados empresariais, com o objetivo de bloquear bens e garantir a restituição dos valores aos aposentados e pensionistas prejudicados.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3129#book/>

Empréstimo consignado para aposentados entra na mira de investigação

Após a operação Sem Desconto, que desmontou esquema de descontos ilegais, uma das novas frentes de investigação será a apuração de fraudes e irregularidades envolvendo empréstimo consignado para aposentados e

pensionistas e possíveis elos com os descontos associativos de sindicatos e entidades de classe.

Os descontos dos empréstimos consignados também são feitos diretamente do valor da aposentadoria e pensão do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) e têm sido fonte de reclamações dos segurados da **Previdência Social**. A operação Sem Desconto foi defla-

grada pela Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União) em 23 de abril, para combater um esquema nacional de descontos não autorizados feitos por associações em aposentadorias e pensões.

Segundo pessoas a par do tema, há a preocupação do novo presidente do **INSS**, Gilberto Waller Junior, com as irregularidades do empréstimo consignado dos aposentados e pensionis-

tas. Ele já acenou com a possibilidade de aperto da fiscalização com uma força-tarefa.

No início de 2024, a CGU (Controladoria-Geral da União) soltou um relatório apontando irregularidades na concessão de empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do **INSS**. No relatório, a CGU orientou o **INSS** a mudar as regras do empréstimo consignado.

O relatório indicou fra-

güilidades relacionadas à falta de idoneidade das informações registradas no empréstimo consignado, possíveis averbações de empréstimos pessoais consignados em benefícios ineligíveis. Os testes feitos pela CGU também apontaram a possível existência de contratos celebrados com taxas de juros acima do teto e inclusões de despesas com taxas ou seguro indevidas nas parcelas descontadas.

Mas o trabalho não foi conclusivo em razão de possíveis falhas de validação do empréstimo consignado do **INSS** e do fato de que o envio de algumas informações registradas no sistema foi incompleto ou

inconsistente. Na época, o presidente da Fe-braban, Isaac Sidney, enviou um ofício ao ministro da CGU, Vinícius de Carvalho, com a sugestão de criar um grupo técnico para tratar do tema.

Site:

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3129#book/>